

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL N ° 301

Período: 16/08/2008 a 22/08/2008

GEDES -Brasil

- 1- Discussões sobre a Lei de Anistia
- 2- Aeronáutica avalia compra de caça supersônico
- 3- Guerrilha do Araguaia: ex-militares entram com ação contra União
- 4- Marinha conta com uma nova corveta
- 5- Militares atuarão na segurança das eleições, na cidade do Rio de Janeiro
- 6- Senado investiga missão brasileira no Haiti
- 7- Baixos investimentos para atividades espaciais não impedem reconstrução da torre de lançamento do VLS

1- Discussões sobre a Lei de Anistia

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, Dilma Rouseff, ministra-chefe da Casa Civil, afirmou que não se deve mudar a Lei de Anistia (1979), mostrando-se contrária à posição defendida por Tarso Genro, ministro da Justiça (ver INFORME BRASIL N° 299). Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República, recomendou que não haja mais polêmicas acerca desse assunto, principalmente por parte de seus ministros. Rouseff sugeriu, durante uma reunião, que não se deveria voltar ao passado, e sim visualizar o futuro. Além disso, constatou que a sociedade brasileira necessita debater sobre a atuação das Forças Armadas no país. Ao caracterizar o Brasil como uma potência regional, a ministra salientou a necessidade de reaparelhamento das três Forças. Nelson Jobim, ministro da Defesa, conversou com os comandantes das Forças Armadas e afirmou que a discussão sobre a reavaliação da Lei de Anistia está encerrada. No entanto, novos embates podem ocorrer. No dia 18/08/08, o juiz espanhol Baltazar Garzón, membro de um grupo de juízes que tem como finalidade extraditar e julgar participantes das ditaduras militares na América Latina, proferiu palestra em seminário internacional, na cidade de São Paulo, organizado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, com apoio da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e da revista "Caros Amigos". Durante o evento, o juiz espanhol defendeu que militares brasileiros envolvidos em tortura durante o regime militar devem ser punidos. Segundo Garzón, a tortura constitui um crime contra a humanidade, para os quais não deve haver anistia e por isso, segundo ele, "As leis de anistia devem sempre ser interpretadas de forma subordinada ao caráter e ao tipo de crime". Segundo peritos da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil deve rever a Lei de Anistia, uma vez que o Brasil é um dos únicos países latino-americanos que não rediscutiu o assunto. Nos anos de 2001 e 2004, o problema já havia sido levantado por representantes da ONU, os quais defenderam que não deveria existir leis de Anistias para governos ditatoriais. (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 16/08/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 19/08/08; Folha de S. Paulo – Brasil – 19/08/08*).

2- Aeronáutica avalia compra de caça supersônico

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Comando da Aeronáutica escolherá os projetos finalistas para aquisição do novo caça supersônico multifunção da Força Aérea Brasileira (FAB). O brigadeiro Juniti Saito, comandante da Aeronáutica, afirmou que o acordo deverá ser assinado em setembro de 2009. Na primeira encomenda, o número de caças gira em torno de 20 a 36 aviões. Para cada caça é estimado o valor de 55,2 milhões de dólares. A Aeronáutica expediu, em junho de 2008, recomendações para seis empresas estrangeiras: a *Saab*, da Suécia, a *Bureau Sukhoi*, da Rússia, a *Dassault Aviation*, da França, a *Boeing*, dos Estados Unidos, a *Lockheed-Martin*, também dos EUA, e o consórcio Eurofighter-GmbH, da União Européia. A questão mais importante na escolha do fornecedor é a transferência de tecnologia, por isso, frente à negativa dos EUA em transferir tecnologia na área militar, é comum pensar que a tendência é que a empresa escolhida seja européia. Contudo, especialistas em relações entre Brasil e EUA acreditam que esse posicionamento pode se alterar. O próprio diretor da estadunidense *Boeing*, Bob Gower, também chefe do programa do caça F-18 E/F Super Hornet, esteve no Brasil e afirmou que haverá sim a transferência de tecnologia e de equipamentos, almejada pelo Ministério da Defesa. A FAB pretende contar com uma nova frota de 120 caças supersônicos até os anos de 2023/2025. A empresa norte-americana Boeing Company apresentou à FAB uma proposta de venda de aproximadamente 30 caças F/A-18E/F Super Hornet a fim de substituírem os supersônicos brasileiros em missões de superioridade aérea. A empresa afirmou que o governo dos Estados Unidos forneceria o apoio e o suporte necessários à proposta. Frente ao acordo que o Brasil estabeleceu com a França na área da Defesa, Gower diz que para os EUA é compreensível que o Brasil trabalhe com diversos parceiros na área, não percebendo isso como empecilho. Em se tratando, aliás, da relação Brasil-França, o presidente francês Nicolas Sarkozy, visitará o Brasil em dezembro de 2008 para assinar novos acordos de cooperação no campo militar, conforme anuncia *O Estado*.. (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 17/08/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 21/08/08*).

3- Guerrilha do Araguaia: ex-militares entram com ação contra União

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, no mínimo 175 ex-militares entraram com ações na Justiça Federal contra a União. Os ex-militares alegam que sofreram danos morais, físicos e psicológicos quando foram ordenados a utilizar a força para prender ou matar guerrilheiros do PC do B, episódio conhecido como Guerrilha do Araguaia, ocorrido durante a primeira metade dos anos 1970, período do regime militar no Brasil (1964-1985). De acordo com o jornal, mais 425 ex-militares pretendem entrar na Justiça. No geral, o valor de cada ação movida gira em torno de 500 mil reais, chegando a totalizar 300 milhões de reais. Naquela época, esses ex-militares eram praças - com patentes de sargentos, cabos e soldados, porém, de modo geral, os ex-militares exigem que seja paga a reserva remunerada das Forças Armadas, com aposentadoria compatível, no mínimo, à da patente de primeiro sargento.. Para a *Folha*, os ex-militares atribuem os danos pessoais provocados à falta de preparo adequado para o conflito. Entretanto, a Advocacia Geral da União (AGU) alega à Justiça Federal que ainda que haja responsabilidade penal por parte das Forças Armadas, não há provas das avarias sofridas pelos ex-militares, ademais, os crimes já estariam prescritos, uma vez que já se passaram mais de 30 anos do ocorrido. Em contra resposta, a defesa dos ex-combatentes argumenta que somente após a

abertura dos documentos oficiais sobre a guerrilha pode-se contar o tempo decorrido que caracterizaria a prescrição. Com a finalidade de auxiliar juridicamente os envolvidos nessa questão foi criada a Associação Brasileira dos Ex-Combatentes da Guerrilha do Araguaia. O governo não se pronunciou sobre a solicitação feita pela Procuradoria Geral da Justiça Militar, que quer saber o destino dos documentos referentes à guerrilha. O Superior Tribunal Militar acionou o Ministério Público, o qual pretende apurar se alguém extraviou o livro oficial ou outro documento. Caso isso tenha ocorrido é considerado crime pelo artigo 321 do Código Penal Militar. O Ministério da Casa Civil declarou que no dia 08/04/08 enviou à Procuradoria algumas respostas referentes a essa questão. O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil tem sob sua guarda 11 pronunciamentos retirados de depoimentos de ex-sargentos, cabos e soldados do Exército. Eles estiveram presentes na Guerrilha do Araguaia. Há relatos sobre tortura, prisões e mortes. (Folha de S. Paulo – Brasil – 17/08/08).

4- Marinha conta com uma nova corveta

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, em cerimônia ocorrida no dia 19/08/08, no Arsenal da Marinha, foi entregue a corveta Barroso, o mais moderno navio de combate da frota, armado com canhões, torpedos, mísseis e guarnecido por um helicóptero Lynx. A corveta começou a ser construída em 1994 e sua construção foi retomada há três anos, acarretando um custo de 263 milhões de reais aos cofres públicos. Na cerimônia estavam presentes o ministro da Defesa, Nelson Jobim, e o comandante da Marinha, almirante Júlio de Moura Neto. A primeira missão da corveta, a Operação Atlântico, programada para setembro, será um exercício de patrulha e proteção das plataformas de petróleo do Brasil, que mobilizará 10 mil militares das três Forças e simulará ataques a plataformas litorâneas. A nova corveta conta com aproximadamente 57% de tecnologia nacional: os sistemas de Controle Tático, de Medidas de Apoio à Guerra Eletrônica, de Controle e Monitoramento da Propulsão e de Controle de Avarias e Lançamento foram desenvolvidos pela Marinha brasileira. A força tem 27 embarcações deste tipo e a inclusão da nova corveta representa o incremento da capacidade de proteção das plataformas oceânicas de produção de petróleo. Nelson Jobim deve anunciar os próximos passos do projeto de reaparelhamento da força, que visa até 2025 adquirir sete novos submarinos convencionais, 30 patrulhas oceânicas, quatro corvetas, de cinco a dez navios fluviais e seis anfíbios para transporte de tropas. A longo prazo, o programa pretende o desenvolvimento de um navio aeródromo para suceder o atual, o porta aviões A-12 São Paulo. Segundo o almirante Júlio Moura Neto, a Marinha obteve bons recursos provenientes dos royalties sobre o petróleo – cerca de 3,2 bilhões de reais – que até junho de 2008, estavam sendo remetidos pelo governo para a força naval. (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 19/08/08*; *O Estado de S. Paulo – Nacional – 19/08/08*).

5- Militares atuarão na segurança das eleições na cidade do Rio de Janeiro

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, as Forças Armadas vão atuar na segurança das nas eleições do Rio de Janeiro, mas apenas sobre áreas consideradas críticas pela Justiça Eleitoral, a qual formalizou, ao presidente da República, o pedido para o envio de tropas das Forças Armadas ao Rio de Janeiro. A finalidade seria o trabalho do Exército em conjunto

com a Polícia Federal e Estadual, a fim de garantir que o processo eleitoral seja regular nas áreas consideradas sensíveis – aquelas áreas controladas por traficantes e milícias que estão colocando obstáculos ao pleno funcionamento do processo eleitoral. As áreas de atuação seriam a Rocinha, Vidigal (ambas na zona sul), Vila Cruzeiro (norte), Carobinha, Rio das Pedras (ambas na zona oeste) e comunidades pequenas na zona oeste. O ministro da Defesa, Nelson Jobim, afirmou que as Forças Armadas permanecerão no Rio somente até o fim das eleições, pois o pedido formal do governador, necessário para que se estenda a atuação das forças nas atividades de segurança pública não foi realizado. Uma reunião será marcada entre o Ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Carlos Ayres Britto, o Ministro da Defesa e o Ministro da Justiça, Tarso Genro, para definir as datas e o detalhamento do emprego das tropas. Jobim afirmou que o TSE é o principal responsável pelo processo; desde a requisição das tropas até a determinação do espaço de ação dos soldados. Rebatendo as críticas do governador Sergio Cabral, que alegou que o Comando Militar do Leste está “nas mãos de um general que não é muito proativo”, o comandante general Luiz Cesário da Silveira, divulgou, por meio do Centro de Comunicação Social, uma nota em que alega não ter “competência legal” para empregar a tropa na segurança pública. O general encerrou a nota informando que está a “disposição de cooperar com o governo do Estado, desde que sejam observados os parâmetros que as leis prescrevem”. Estas declarações também fazem alusão ao incidente que ocorreu no ano passado, quando o governador Cabral solicitou que as Forças Armadas atuassem na segurança do Rio de Janeiro durante o período de um ano, pedido que, na ocasião, foi negado. O diálogo entre o TSE, o Ministério da Defesa e o governo do Rio de Janeiro vem ocorrendo há alguns dias, mas foi oficializado apenas no dia 20/08/08. O comando jurídico da operação estaria nas mãos do juiz Luiz Márcio Pereira, do Tribunal Regional Eleitoral do Rio (TRE-RJ). Tarso Genro, afirmou, de acordo com o *Jornal do Brasil*, que a presença das Forças Armadas traria uma sensação de segurança, fornecendo tranquilidade à população, argumentando não se tratar de uma questão de segurança pública. O envio das tropas foi decidido por unanimidade pelos ministros do TSE e, de acordo com a Constituição Federal, o papel das Forças seria apenas de suporte, não incluindo ações de enfrentamento ou perseguição de delinquentes. (Folha de S. Paulo – Brasil – 19/08/08; Folha de S. Paulo – Brasil – 20/08/08; Jornal do Brasil – Eleições – 19/08/08; Jornal do Brasil – Eleições Municipais 2008 - 22/08/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 19/08/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 22/08/08).

6- Senado investiga a missão brasileira no Haiti

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado iniciará uma investigação sobre a operação de paz das Nações Unidas no Haiti, comandada militarmente pelo Exército brasileiro. Os Ministérios de Relações Exteriores e da Defesa fornecerão informações sobre as operações empreendidas no país caribenho, já que houve uma denúncia do senador Eduardo Suplicy (Partido dos Trabalhadores – São Paulo) responsabilizando as tropas por ferimentos e mortes de haitianos. Foi transmitido um vídeo filmado por jornalistas do Haiti com pessoas mortas nas ruas do país, mas não aparecem soldados da Organização das Nações Unidas (ONU) agredindo a população. O senador afirmou que a missão coordenada pelo Brasil no Haiti realizou ações de bombardeio em parte do bairro Cité Soleil, chegando a matar crianças, mas não se sabe a frequência de tais

atividades. O presidente da CRE, Heráclito Fortes, e o ministro Nelson Jobim, da Defesa, marcaram uma reunião para discutir o assunto. (Folha de S. Paulo – Mundo – 21/08/08).

7- Baixos investimentos para atividades espaciais não impedem reconstrução da torre de lançamento do VLS

O jornal *Folha de S. Paulo* recordou, no dia 22/08/08, os cinco anos desde que o Veículo Lançador de Satélites (VLS-1), importante façanha do programa espacial brasileiro, se incendiou, matando 21 pessoas, na Base de Alcântara, estado do Maranhão. Desde então, segundo o jornal, o governo federal abandonou os investimentos na base. De acordo com o Programa Nacional de Atividades Espaciais (Pnae), havia um investimento autorizado de 62 milhões de reais para o ano de 2008, que ainda não foram reembolsados pelo Comando da Aeronáutica nem pela Agência Espacial Brasileira (AEB). Carlos Ganem, presidente da AEB, afirmou que a baixa execução orçamentária “pode estar ligada à inexistência de um mercado forte para atividade espacial”. Ele ainda disse que a reconstrução da torre de lançamento do VLS será retomada. Segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Pnae não se encontra em 2008 entre os programas prioritários do governo. Mesmo com um desempenho fraco na execução orçamentária, o mesmo jornal ressaltou que o repasse de recursos ao Pnae cresceu 480% desde 2003, ano em que ocorreu o fracasso do lançamento do VLS-1 na Base de Alcântara. (Folha de S. Paulo – Ciência – 22/08/08).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S.Paulo –www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil –www.jb.com.br

O Estado de S.Paulo –www.estadao.com.br

***Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S.Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S.Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br**

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Juliana de Paula Bigatão (Redatora-Chefe, mestranda em Relações Internacionais e bolsista FAPESP); Sthéfane Torres (Redatora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Tiago Salgado (Redator, graduando em História) e Victor Missiato (Redator, graduando em História, bolsista PIBIC/CNPq).